

Considerações a respeito de avaliações

Todos concordam com a necessidade de existirem avaliações de desempenho, seja de docentes e alunos, seja de departamentos, disciplinas e cursos.

Por que, então, os últimos processos avaliativos, que envolveram docentes da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, geraram tanto descontentamento?

Para avaliar adequadamente é necessário, entre outros itens, explicitar os objetivos, fornecer elementos para que os avaliados possam atingi-los, utilizar um instrumento adequado e usar critérios bem estabelecidos e divulgados, que permitam uniformidade nos conceitos emitidos pelos avaliadores (sempre que possível, deve ser feito o “pareamento” dos avaliadores).

A reflexão a respeito de três dos processos de avaliação mais criticados, nos últimos dois anos a avaliação da CAPES, de 1998; a avaliação da Comissão de Pós-Graduação, realizada na ocasião do recredenciamento de orientadores, e a avaliação da CERT, de 1999 – levou-me a fazer as considerações que se seguem.

A avaliação da CAPES tem objetivos e critérios claros e divulgados; cabe a cada curso encontrar meios de atingi-los; os avaliadores seguiram os critérios com uniformidade (posso afirmar que, na área de Medicina III, isso ocorreu); o coordenador e o vice-coordenador da área conferiram os resultados, para garantir a homogeneidade; mas, infelizmente, o instrumento utilizado originou algumas confusões – o formulário é extenso, algumas perguntas geram dúvidas, e informações importantes foram perdidas, por terem sido omitidas ou inadequadamente explicitadas. Julgo que isso tenha motivado o desagrado de alguns cursos. Para corrigir isso, a CAPES planejou uma reunião, que tem, como um dos temas, a orientação para o preenchimento de formulários.

Na avaliação da Comissão de Pós-Graduação o instrumento utilizado era adequado, os ob-

jetivos e critérios foram claros e amplamente divulgados, e os avaliadores atuaram com uniformidade. Na minha opinião, o problema foi que as chances de cumprir os critérios não foram uniformemente distribuídas. Nas áreas com maior demanda (relativamente ao número de orientadores), era mais fácil ser aprovado, enquanto que, em outras, para alguns docentes era inviável cumprir os requisitos, pois não tinham acesso a orientandos.

É amplamente divulgado que a avaliação da CERT tem como objetivo premiar a “excelência”. Os docentes sabem que o instrumento utilizado é o relatório, elaborado por eles mesmos, e conhecem o que é entendido como “excelência”. Nem todos têm idênticas condições externas para atingi-la, mas não foi isso que gerou o desagrado. Na minha percepção, ele foi gerado pela não divulgação de critérios objetivos e pela notória falta de uniformidade das avaliações individuais. Existem várias suposições sobre eventuais critérios, e um dos mais apontados como muito valorizado é a publicação de trabalhos completos em periódicos indexados. Apesar de os resultados terem sido sigilosos, muitos docentes tornaram públicas as avaliações que receberam. Fazendo-se um exercício com os vários critérios aventados, fica claro que iguais não foram igualmente aquinhoados e que algumas desigualdades foram consideradas. Dá para entender porque muitos se sentiram injustiçados.

Seria conveniente que a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto promovesse um “forum” de debates, com a participação de representantes das entidades promotoras das avaliações e do qual todos os docentes pudessem participar.

Profa.Dra. MARIA DE LOURDES V. RODRIGUES
Editora da Revista Medicina